ensina o que você viu!" Pois só assim haverá uma verdadeira educação, isto é, uma relação plural e entre iguais, de cumplicidade, conluio, apaixonadamente verdadeira.6

3.7. Promoção e proteção às famílias

É preciso enfatizar a importância do ambiente familiar e cultural, incluindo os modos de organização das práticas sociais como situações necessárias ao desenvolvimento infantil. Além do mais, a legislação brasileira reconhece o direito à convivência familiar e comunitária – no Capítulo III, do ECA, a família da criança, natural ou substituta, é reconhecida como espaço privilegiado para a construção da identidade social básica da criança, o sentimento de pertencer a um grupo de pessoas onde, desde seu nascimento, será protegida para que sobreviva e estabeleça relações que levarão à constituição de sentimentos de alteridade, cooperação e intimidade.

O reordenamento das políticas dirigidas à criança de zero a seis anos de idade – na perspectiva de abordagem integral das necessidades de desenvolvimento infantil – torna imprescindível a inclusão das famílias em programas sociais que visem a melhorar suas condições de vida. O censo 2001 (IBGE) demonstrou a tendência de avanços na vida das populações mais pobres; no entanto, as diferenças sociais, regionais e raciais ainda continuam, havendo necessidade de que atuemos para que elas se tornem menos acentuadas, o que exige ações focalizadas que possam contribuir para diminuir tais diferenças e, especialmente, melhorar a qualidade do cuidado e da educação que essas populações dispensam às suas crianças.

Assim, formular políticas de proteção às famílias pobres, em que o foco de eleição do público prioritário para atendimento seja a presença da criança pequena no núcleo familiar, parece ser uma das formas de garantir melhores condições de desenvolvimento às crianças.

Mostra-se, também, fundamental o desenvolvimento de políticas que valorizem a competência da família. É preciso reconhecer a competência da família como direito e dever, no que diz respeito ao seu papel intrínseco de cuidar, proteger e educar os filhos.

O papel das políticas públicas deve ser o de garantir às famílias as condições para exercer sua competência e responsabilidade. Para tanto, deve facilitar o acesso das famílias aos serviços e programas de formação, melhorar suas condições de vida, reafirmar as responsabilidades e autoridade dos pais na

educação de suas crianças, além de proporcionar maior e melhor informação sobre as necessidades do desenvolvimento infantil.

Para ajudar a nossa reflexão sobre este ponto, propomos a leitura do texto a seguir:

"(....) O trabalho com as famílias tem uma palavrinha preciosa: "com". Família dispensa clichês e receitas. Não há um jeito de fazer, mas, sim, jeitos diferentes e não desiguais, mas exigem cuidados. (....) Com certeza, vocês estão conectando sobre o que estamos falando com o "trabalho com famílias". Aliás, virou moda falarmos "sobre família", mas vai passar, como qualquer moda, se não falarmos "com famílias". Isto, no plural e faz surgir alguns cuidados. Família é história. Família é política. Família e sexualidade, gênero masculino e feminino. Família é adulto, velho, criança e adolescente. Família é raça. Família é afeto e conflito. Não é à toa, ao longo de nosso anos, e de muitos anos atrás, foi sendo construído um modelo idealizado de "estar família". Mas esse protótipo não corresponde ao que vivemos "como" e "em" família. E, apesar disso, falamos e ouvimos, repetidamente, "vem de uma família desestruturada" como se essa família não tivesse "estrutura". Tem sim e é a partir dela, a partir de sua compreensão respeitosa é que podemos estar com ela e facilitarmos o apoio e a orientação que quase todos os grupos familiares exigem. Família é processo, é construção que se faz dentro e fora do espaço privado. Potencialmente, toda família pode ser protetora e aconchegante, mas nem sempre é possível funcionar assim. Os inúmeros casos de violência doméstica comprovam. (....) A nossa utopia deve ser ativa. Não nos deixemos paralisar. Mas as famílias, principalmente as empobrecidas, sofrem um impacto perverso. Crianças e adolescentes trabalhadores nas ruas, crianças e adolescentes com trajetória de rua, tráfico e uso de drogas, violência dentro e fora de casa apontam a necessidade que famílias têm de apoio e orientação na viabilização de alternativas." Maria Thereza Martins Fonseca – Trabalho com famílias: revisões, desafios e possibilidades.

Notas

1. AMORIM, Margarete A & FONSECA, Maria Thereza N. M. Família e História. In: Criança e adolescente: a construção do conhecimento. Belo Horizonte: Projeto TUDOHAVER/Muriki/prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1999. p.17;

2. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção à Criança e ao Adolescente – 2001 – 2002 – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

3. Diretrizes nacionais para a Política de Atenção à Criança e ao Adolescente – 2001 – 2002 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

4. Nesta parte, foram incorporadas algumas sugestões a partir de texto produzido pela equipe de promoção da saúde, do Ministério da Saúde, 2001.

5. Tejuçuosa implanta uma agenda para a criança. Comunidade Criança. Brasília: Comitê da Primeira Infância, ano 1, n. 2, ago/set. 2002. Ver também o cap. 5 deste documento.

6. Este é parte de um texto de Tião Rocha, denominado "Um projeto que tem TUDOHAVER" Caderno n. 4, Programa TUDOHAVER. Belo Horizonte:Muriki/PBH, 2000.

IV. CONSTRUINDO CAMINHOS

É preciso construir experiências em que seja possível formular noções de bem público, de coisa pública e de interesse público, que tenham como medida os direitos de todas as nossas crianças.

A construção do caminho para o reordenamento das políticas públicas dirigidas à criança de zero a seis anos impõe a necessidade de trabalhar metodologias de ação que concretizem os pressupostos para a integração de políticas sociais; além disso, tais metodologias deverão incorporar, de forma efetiva e prática, as necessidades e demandas da comunidade. É importante, entretanto, reafirmar que as iniciativas e direção desse processo pertencem ao âmbito das atribuições dos gestores que terão enriquecido seu trabalho se estiverem conscientes da necessidade de se aproximarem das famílias e dos grupos organizados da sociedade nos espaços onde a vida social acontece.

4.1. Começar parece fácil, mas...

O primeiro ingrediente para que se busque a integração das políticas dirigidas à criança de zero a seis anos é a presença de um sentimento – mais ou menos generalizado, entre os gestores das políticas públicas, nas diferentes esferas de governo e entre grupos da população – de que é preciso promover a articulação das ações e programas existentes, pois percebe-se que a setorização e a fragmentação atual não podem mais continuar. Esse sentimento – às vezes, difuso, outras vezes, muito claro – resulta da compreensão de que embora se trabalhe muito e com qualidade, os resultados são pouco expressivos, os recursos são insuficientes, pois duplicamos as ações, há muita concorrência e pouco diálogo entre as áreas. Entretanto, nem sempre essa compreensão é suficiente para gerar uma proposta nova de atuação, pois não sabemos bem "como", "onde" e "de que forma" começar.

Em primeiro lugar, é importante que se busque um local institucional para que possa começar, ou seja, no caso do

município, o Gabinete do Prefeito, um fórum de secretários municipais, um dos conselhos da área da criança ou, ainda, o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Assim, por meio da reflexão conjunta, pode-se construir um grupo de trabalho, de coordenação das propostas e direcionamento das ações.

Em segundo lugar, lembramos que, no caso dos municípios, o Poder Executivo – a Prefeitura Municipal – é o ator político mais importante para o processo de valorização das crianças por intermédio de seu trabalho de articulação das demais esferas e níveis de governo. Proclamar a prioridade da criança pequena, direcionando os programas do município para a defesa de seus direitos, conclamando a comunidade a participar dos programas, é tarefa fundamental dos gestores municipais, cuja responsabilidade consiste em elaborar políticas para a população do município. Por isso, ainda que seja importante a participação da comunidade – sob diversas e diferentes formas –, os gestores públicos é que são os responsáveis pela iniciativa – no caso, é essencial a predisposição do prefeito ou Prefeita para esse trabalho – e se constituem como dirigentes desse processo de reordenamento das políticas sociais.

4.2. Definindo os objetivos

Para que a decisão tomada possa se tornar realidade, convém conhecer bem a realidade do município e, dentro dele, as condições de vida da criança pequena e de sua família, bem como a rede de atendimento existente, seus limites e possibilidades.

Assim, qualquer que seja a forma escolhida ou disponível para coordenar o trabalho, é preciso formular os objetivos que orientem a ação dos gestores e possibilitem a participação da comunidade. Na perspectiva adotada nesse documento, o **objetivo geral** do trabalho seria, por exemplo:

• Assegurar, de forma efetiva, os direitos da criança de zero a seis anos no município, buscando a integração das políticas municipais dirigidas a esse segmento da população.

Os objetivos específicos poderiam ser definidos da seguinte forma:

(i) conhecer e compreender a realidade socioeconômica e sociocultural na qual vivem as crianças de zero a seis anos e suas famílias;

(ii) conhecer a rede de atendimento (governamental e não-governamental) dirigida a esse segmento populacional, existente no município, identificando seus problemas, limites e possibilidades;

(iii) definir as prioridades de ação a serem propostas;

(iv) formular políticas e programas que possam contribuir para o melhor desenvolvimento das crianças.

4.3. Os princípios orientadores da ação

Definida a coordenação do trabalho – ou, especialmente, a responsabilidade desta coordenação – é importante elaborar as diretrizes que irão norteá-lo, para que possa ser desenvolvido um processo em que as possibilidades de sucesso sejam grandes e o insucesso venha a ser circunstancial e corrigível. A rigor, o que se pretende nesta parte é dar algumas indicações dos princípios metodológicos que, no nosso entendimento, podem assegurar a realização dos objetivos pretendidos, na perspectiva em que aqui foram apresentados. Certamente, se forem outros os objetivos do trabalho – ou melhor, se forem de outra natureza e fundamentados em outros pressupostos – as indicações aqui apresentadas pouco auxílio podem oferecer. Pois, como sabemos, a **metodologia** é da ordem do "como" atingir alguma coisa e, portanto, ela se presta como um caminho para se atingir algo já definido. Se quisermos fazer outra coisa – por exemplo, estudar o desenvolvimento de um grupo de crianças – as indicações metodológicas serão outras.

Metodologia – Derivada da palavra grega méthodos = caminho para chegar a um fim, metodologia significa "a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade".Entre as definições de método, encontramos: "Caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado, de antemão, de modo deliberado e refletido; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado"

4.3.1. Garantir a participação

Um primeiro aspecto merece atenção. Como já refletimos sobre a importância da participação da população em todo o processo de trabalho que propomos aqui, torna-se essencial a construção de metodologias em que se busque a inserção dos cidadãos nos processos de conhecimento da realidade e o

envolvimento das famílias e da sociedade organizada nos processos de decisão sobre "o que fazer", nas ações e na avaliação dos resultados obtidos. Daí, que os procedimentos a serem escolhidos para encaminhar o trabalho possam facilitar a participação da população. Sendo assim, é necessário ter como princípio que tais procedimentos sejam:

(i) acessíveis às condições de atuação da comunidade;
(ii) permeáveis aos seus desejos, demandas e expectativas;
(iii) incorporem os destinatários das políticas como sujeitos de sua construção;
(iv) forneçam informações e recursos necessários à participação;
(v) facilitem a intervenção e a deliberação conjunta;
(vi) contribuam para a formação da cidadania.

EXEMPLO

Na experiência de um dos municípios visitados por nossa equipe (Ver Capitulo 5) verificou-se que a administração municipal partiu da organização de um fórum para a constituição da Agenda da criança pequena. Este fórum escolheu um grupo para elaborar e coordenar a realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Infantil e promover a articulação das diversas ações intersetoriais. Este plano incluiu, inicialmente, a elaboração do perfil das famílias das crianças de zero a cinco anos, possibilitando o diagnostico da situação e a maior visibilidade das suas necessidades. A partir do referido diagnóstico, a comissão definiu, respeitando a realidade local, as prioridades em relação à criança pequena, contando sempre com a participação dos atores do setor público e da sociedade civil.

4.3.2. Abordagem por aproximação sucessiva

Um fotógrafo, no seu trabalho, precisa ajustar o foco da máquina de maneira a apanhar o objeto que pretende fotografar com a maior nitidez e precisão possíveis. Para isso, os equipamentos fotográficos modernos têm instrumentos precisos de ajuste do foco que facilitam demais o trabalho profissional. Mas, mesmo assim, os bons fotógrafos necessitam de bastante

experiência que lhes dê condições de ajustes que independam tão-somente do equipamento. Por isso, muitos deles fotografam os objetos em diferentes ângulos, com diferentes objetivas, de distâncias diversas, de modo a captá-los sob muitos focos.

Essa maneira do fotógrafo trabalhar pode ser uma boa analogia para indicar este princípio de nossa ação. A realidade sobre a qual atuamos não se deixa capturar e, especialmente, não se deixa modificar apenas pela existência de uma vontade de conhecê-la e de modificá-la. Precisamos formular procedimentos que nos permitam:

(i) criar aproximações sucessivas da realidade, de maneira a focalizar os aspectos e grupos que nos parecem mais importantes para a nossa atuação. Significa, também, buscar sempre articular elementos gerais (por exemplo, estatísticas, estimativas) com aspectos concretos (por exemplo, informações de cadastro). Não basta, por exemplo, saber o número de crianças de zero a seis anos existentes no município e qual o percentual delas faz parte de famílias pobres ou quantas são atendidas em creches ou pré-escolas. Precisamos saber quem são estas crianças, onde moram e outras informações precisas sobre elas, para que possamos propor algo efetivo, que melhore suas condições de vida;

(ii) elaborar propostas de ação realizáveis, pois para que uma ação – programa, projeto – possa de fato acontecer não basta a vontade subjetiva de alguns indivíduos ou grupos. Essa vontade é essencial, mas a ela deve-se somar uma avaliação das possibilidades concretas (por exemplo, recursos financeiros e humanos disponíveis, equipamentos físicos existentes). Para isso, é muito importante que se formulem metas factíveis, realizáveis a curto, médio e longo prazos, como uma maneira de adequar os objetivos propostos às condições da realidade.

Exemplo

Numa das experiências relatadas no Capítulo V vimos que a prefeitura estabeleceu uma parceria com uma organização não-governamental no sentido de melhorar a qualidade de atendimento às crianças de zero a três anos

nos serviços municipais. Por intermédio do acompanhamento e da assessoria dessa organização, o município pôde criar alternativas de ação, inicialmente em dois centros de educação infantil, com o atendimento de 260 crianças. Tendo experimentado essas alternativas, convencendo-se de que elas eram adequadas, formando equipes de trabalho mais integradas, criando redes de apoio, com a participação da comunidade, hoje já são seis centros de educação infantil, atendendo a 1.200 crianças.

4.4. No caminho, um "passo a passo"...

"Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo.
Depois, acrescenta:
– Por que falar das pedras? Só o arco interessa.
Polo responde:
– Sem as pedras o arco não existe."
Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis*

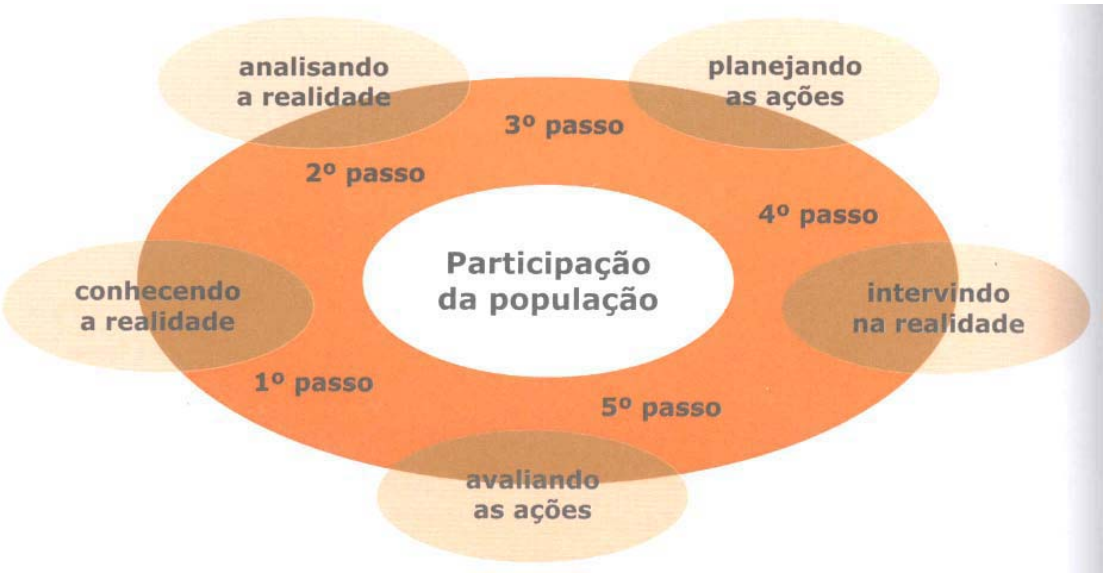
A seguir, vamos ousar sugerir uma indicação **"passo a passo"** que – esperamos – possa contribuir para alcançar, de forma mais concreta, o objetivo de integração das políticas dirigidas à criança de zero a seis anos e sua família.

Passo a passo – Trata-se, na verdade, de sugestão que pode ser aproveitada de diferentes formas, tais como: Guia para ser seguido, com as adaptações necessárias a cada realidade concreta; Lista para checagem dos aspectos já realizados e dos seus resultados; Indicação para determinada fase do trabalho que o município pretende ou sente necessidade de realizar.

Essa sugestão expressa apenas a busca por lógicas operatórias que contribuam para que as políticas públicas possam se adequar à realidade e busquem a integração entre os diversos setores, atores e agendas de trabalho. Esperamos que "os passos" aqui indicados sejam entendidos como uma contribuição para a constituição de procedimentos que possam

facilitar a integração de esforços do poder público e da sociedade organizada, com vistas a melhorar as condições de vida das nossas crianças e de suas famílias, superando a visão assistencialista tão presente nas políticas e ações sociais.

PASSO A PASSO, VAMOS CONSTRUIR O CAMINHO



4.4.1. PRIMEIRO PASSO: conhecendo a realidade

Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos e dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Paulo Freire

É claro que os gestores de políticas públicas conhecem muito bem a realidade na qual operam. Esse conhecimento é fruto da sua inserção na vida do município, da sua interação com os grupos de cidadãos e da experiência acumulada na atividade de gestão pública, bem como dos processos pessoais de formação, estudo e capacitação. Aqui não se pretende "ensinar o padre-nosso ao vigário", pois temos consciência de que o saber acumulado pela experiência não pode ser substituído por nenhuma técnica milagrosa.

Por outro lado, sabemos das dificuldades que muitos gestores têm de sistematizar esse saber de maneira adequada, de agregar ao conhecimento já adquirido outros dados de

natureza mais geral, de integrar informações vindas de vários campos ao conhecimento da realidade local. E, especialmente, as dificuldades de encontrar formas de integrar os indivíduos e grupos da sociedade no processo de conhecimento da realidade local, proporcionando à população condições de se apropriar das informações, acerca do município, que são produzidas no processo de gestão dos serviços públicos.

4.4.1.1. Orientações para a coleta de informações

Se optamos por conhecer melhor e mais profundamente a realidade na qual atuamos, precisamos desenvolver um processo sistemático de organização das informações disponíveis, ao mesmo tempo em que planejamos maneiras adequadas de obter outras informações que consideramos importantes e que ainda não possuímos. Isso significa organizar, de forma metódica, simples e ágil, um conjunto de procedimentos que, no entendimento dos responsáveis pelo processo, serão adequados à tarefa empreendida. A título de orientação, apresentamos alguns elementos que poderão servir de balizas aos gestores, no momento de construção dos procedimentos de coleta de dados. São eles:

(i) a necessidade de conhecer a realidade de forma sistemática e global, ou seja, integrando o conhecimento obtido por meio da nossa experiência direta com as informações técnicas de natureza gerencial e estatística, de forma permanente e cumulativa;

(ii) a necessidade de integrar o conhecimento relativo às condições de vida da criança e de sua família, nos diferentes campos da experiência que afetam direta e significativamente o desenvolvimento infantil, ou seja, obter e cruzar dados e informações relativos aos diferentes campos da vida social – por exemplo, dados demográficos (população urbana e rural, taxas de natalidade, de mortalidade infantil), cobertura de vacinação, taxas de escolarização, serviços sanitários, informações sobre equipamentos sociais, área verde disponível, taxas de emprego e desemprego, entre outros – que possibilitem uma visão global acerca das condições de vida da criança pequena e de sua família;

(iii) a necessidade de que a população participe do processo de conhecimento da sua realidade, tanto no que diz respeito à sua percepção sobre as causas dos problemas encontrados – as representações que elaboram sobre as suas condições de vida – quanto à sua consciência sobre as possibilidades e limites que o poder público tem de operar na resolução dos problemas encontrados e sobre a necessidade de

que a sociedade se organize para contribuir na busca de alternativas. Esse momento, em que se busca fazer um diagnóstico das condições em que vivem as crianças do município, pode ser um momento privilegiado de mobilização popular no qual a consciência dos problemas, da urgência das soluções, de seus limites e das suas potencialidades, pode-se tornar uma alavanca para a valorização das políticas de proteção à família e de desenvolvimento infantil.

Conhecer a realidade, aqui, no nosso caso, significa fazer um diagnóstico da situação da criança no município. Certamente há muitas maneiras de se construir este diagnóstico, e cada gestor, provavelmente, tem a sua forma peculiar de obter dados, registrá-los, analisá-los, compartilhar informações, de maneira a adequar o conhecimento obtido às condições de operação e de execução da administração municipal. Parece-nos, entretanto, ser possível contribuir com a ação dos gestores, oferecendo algumas sugestões de temas, assuntos ou áreas que merecem maior atenção, por serem vitais para a compreensão das condições de vida das crianças e de suas famílias.

Mas, precisamos lembrar que há dois aspectos que são vitais para a nossa atuação, se pretendemos, de fato, melhorar a qualidade de vida das nossas crianças, assegurando o exercício dos seus direitos e criando melhores condições de vida para as famílias pobres da nossa cidade. Trata-se da necessidade imperiosa de articular os dados censitários ou demográficos – obtidos pelo do IBGE, por exemplo, ou de estudos técnicos realizados – às pessoas concretas que vivem no município. Por isso, precisamos de dois tipos de informação: o primeiro refere-se a uma visão geral, em dados estimados, que nos indicam, por exemplo, quantas pessoas moram no município, sua distribuição etária, por faixa de renda, escolaridade e outros desta mesma natureza; por sua vez, o segundo deverá indicar-nos quem são estas pessoas, onde elas moram e em que condições de vida, que atendimento recebem, quais são os serviços aos quais elas têm (ou não têm) acesso.

Ou seja, para que possamos, de fato, planejar nossa ação, assegurando a universalização do atendimento, a focalização dos grupos e segmentos em situação mais grave de exclusão, identificando as famílias que, entre seus membros, têm crianças de zero a seis anos, diagnosticando as virtudes e os problemas do nosso sistema de atendimento às crianças pequenas, compreendendo suas necessidades básicas concretas, é preciso que organizemos nossa ação para que o diagnóstico realizado parta de uma situação estimada, geral, em que vamos "ajustando o foco do nosso olhar" até que cheguemos a ver as pessoas concretas, nas suas situações reais de vida, tendo acesso (ou não) aos serviços, equipamentos e ações existentes no município.

A seguir, também a título de sugestão, elencamos um conjunto de temas que podem servir de Roteiro Básico

necessário para o diagnóstico da situação da criança e de sua família no município:

ROTEIRO BÁSICO PARA O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DE SUA FAMÍLIA		
Informações sobre o público Quem são as pessoas que vivem no município? • População residente e sua distribuição segundo domicílio em áreas urbana e rural, sexo, faixas etárias, cor, renda, escolaridade; • situação do trabalho infantil e ações relacionadas à sua erradicação; • informações sobre associativismo e outras formas de organização popular; • representações que a população tem acerca da situação da criança no município.	**Informações sobre os serviços** Quais são os serviços existentes no município que têm na sua clientela crianças de até seis anos e suas famílias? • Serviços mantidos pelo poder público, conveniados e/ou mantidos pela sociedade civil (ONGs, filantrópicos, confessionais, comunitários, etc.); • características do atendimento de cada um deles, tipo de público atendido, formas de financiamento; • conselhos e fóruns existentes no município que tratam dos direitos das crianças de até seis anos, sua composição e atividades realizadas; • informações acerca da integração das ações dos diferentes níveis do poder público (municipal, estadual, federal), bem como das diferentes esferas de atuação (Executivo, Legislativo, Judiciário).	**Indicadores de vulnerabilidade** • Informações sobre violência e criminalidade afetas à criança pequena e sua família; • informações sobre drogadicção com impacto sobre a criança e sua família; • informações sobre desnutrição infantil, taxas de mortalidade infantil e outros dados que configuram situações de risco para as crianças.

4.4.1.2. Procedimentos de coleta de informações

A coleta de informações pode ser realizada basicamente por meio de três procedimentos:

1. PROCEDIMENTOS DE NATUREZA MAIS TÉCNICA E DE BASE MAIS QUANTITATIVA, COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL envidando esforços para coletar, nos diferentes acervos de dados e nas diferentes instituições e órgãos de pesquisa, as informações relativas às categorias definidas. Por intermédio da coleta de dados técnicos e estatísticos, compor um diagnóstico preliminar, de natureza documental e bibliográfica, que permita uma visualização inicial da situação da criança pequena e sua família no âmbito do município

EXEMPLO DE INDICADORES QUANTITATIVOS

- Mortalidade infantil (PNDS)
- Domicílio com acesso a água limpa e esgotamento adequado (PNAD)
- Matrículas e taxa de atendimento de crianças de 0-3 em creches (INEP/IBGE)
- Matrículas e taxa de atendimento de crianças de 4-6 em pré-escolas (INEP/IBGE)
- Mortalidade Materna
- Crianças < 5 anos com desnutrição crônica
- Número de casos de doenças infecciosas (sarampo, difteria, tétano, coqueluche)
- Cobertura vacinal
- Pré-natal
- Aleitamento materno exclusivo até seis meses

2. PROCEDIMENTO DE NATUREZA MAIS QUALITATIVA QUE ENVOLVE A POPULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES, tanto como agente de investigação quanto como fonte de informações. Pois "o povo tem que participar na investigação como investigador e como estudioso e não como mero objeto" (Paulo Freire). O aspecto fundamental nesse procedimento é implicar a população na coleta e produção de informações relativas ao tema de forma a possibilitar, desde o início das ações, seu envolvimento e seu comprometimento com o trabalho pela sensibilização que o conhecimento da realidade proporciona

EXEMPLO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS

- realização de entrevistas com a população da localidade, para levantar suas necessidades e perspectivas
- registro de histórias de vida (narrativas que podem revelar a história, os valores e os costumes da população local)
- pesquisa junto a grupos representativos da comunidade.
- construção coletiva dos dados, a partir da análise das informações obtidas
- Análise dos documentos existentes e consulta a especialistas sobre os tópicos pesquisados

3. PROCEDIMENTOS DE NATUREZA QUANTITATIVA E QUALITATIVA QUE BUSCAM IDENTIFICAR – por meio de cadastro, visitas domiciliares, visitas técnicas ou outras formas de busca ativa – as famílias que, entre seus membros, têm crianças de zero a seis anos. Ainda que estes procedimentos possam alimentar bancos de dados mais gerais sobre o município e sua população, seu objetivo principal é identificar as crianças, seu local de moradia, suas condições concretas de vida, bem como os serviços e estratégia de atendimento que recebem. Com essas informações, torna-se possível identificar os acertos e erros das políticas de atendimento, articular os diferentes serviços e programas em torno do público atendido (nucleando ações setoriais dirigidas às crianças pequenas e suas famílias), bem como acompanhar o trabalho realizado, propor correções e ajustes e, principalmente, acompanhar o desenvolvimento de cada criança, na família e nos serviços de atendimento.

EXEMPLOS DE METODOLOGIAS DE DEMANDA ATIVA

- Cadastramento das famílias com crianças pequenas
- Organização de mapeamento do local, por ruas e bairros para facilitar a localização das famílias cadastradas
- Identificação dos serviços e benefícios que recebem,avaliando o trabalho realizado e propondo alterações ou alternativas
- Exemplos de cadastro, com controle dos gestores municipais, podem ser encontrados nos programas de saúde da família, nos programas de bolsa-escola e outros similares (tais cadastros devem buscar focalizar as crianças de zero a seis anos, suas famílias e os serviços de atendimento que freqüentam)
- Sistemas de georreferenciamento dotados de instrumentos que permitam articular as informações socioeconômicas com as indicações de localização geográfica no município (exemplo: Cadastro Escolar do Município de Belo Horizonte)

4.4.2. SEGUNDO PASSO: avaliando a realidade

Ao levantamento de dados acerca da situação da criança pequena e de sua família no município, segue-se uma avaliação mais detalhada dessa situação. O objetivo dessa avaliação é definir os problemas centrais, as prioridades, as possibilidades e os limites de atuação. Para isso, apresentamos algumas sugestões de procedimentos a serem utilizados, buscando responder às seguintes questões:

- **Que problemas, mais urgentes, podem ser identificados na situação da criança pequena no âmbito do município?**
- **Que ações podem ser propostas para resolver estes problemas?**
- **Dessas ações, quais já são desenvolvidas no município? Qual a sua relevância? De que maneira elas se articulam?**
- **Quais as competências das esferas estadual e federal?**
- **Qual o grau de articulação entre as três esferas de governo (o Município, o Estado a União)? Como podemos melhorá-la?**